

Clipping
12 a 14.10.2011

Na Assembleia, Dilma Rousseff lança o Pacto Brasil Sem Miséria no Sul	2
Falha eleva chama no polo petroquímico de Triunfo	2
Salário mais alto é pago a servidor	2
Despesa com desaposeitação chegaria a R\$ 12 bilhões.....	3
Serviços rápidos dos Correios voltam dia 24	3
Avança negociação com os bancários	4
Acusação de venda de acórdão causa polêmica na Justiça do Pará.....	4
Está chegando o mais longo horário brasileiro de verão!.....	5
Padaria indenizará grávida obrigada a esperar horas para receber salários.....	6
CNJ reabre processo disciplinar contra juiz alagoano.....	6
Petrobras planeja dobrar produção na petroquímica Innova em Triunfo Projeto foi	7
Atos anticorrupção tomam conta do país	7
Protesto chega ao Piratini no sábado	8
Horário de verão começa no domingo.....	8
Correios: volta ao trabalho hoje.....	9
Sindicatos já buscam aviso prévio retroativo	9
Ministério pode regular nova lei do aviso prévio	10
Greves de bancários, professores e no Judiciário desafiam governo	10
Dívida trabalhista poderá ser paga com cartão de crédito ou débito.....	12
Entra em vigor hoje lei que amplia prazo do aviso prévio	13
Greve dos Correios terminou em todo o país, diz Fentect.....	13
CNJ contém farra de gastos com viagens.....	14
No PA, vida de extrativista vale R\$ 80 mil	14
Protesto contra a corrupção reúne 20 mil em Brasília.....	16
Em metade dos tribunais, folha de salário é um mistério	17
Ministério ouve trabalhadores sobre comissão de fábrica.....	19
Negociação não avança	19
Abamf alerta para estresse de PMs.....	19
Funcionários dos Correios voltam a trabalhar nesta quinta, diz federação	20
Correios: TST considera greve não abusiva e determina retorno ao trabalho.....	21
Marcha contra corrupção e apoio ao CNJ reúne 20 mil pessoas em Brasília.....	21
Fenaban rompe silêncio e marca negociação com bancários nesta 5ª	22
Odebrecht acaba com conselho administrativo	22
Lei fixa aviso prévio em 90 dias; patrões apoiam, mas CUT reclama	23
Greve chega ao 15º dia e bancários pedirão audiência com Dilma.....	24
Greve dos bancários já é a maior desde 2004.....	25
Executivo e Judiciário firmam acordo para destruir armas	25
Juízes gays dizem que homofobia ainda marca judiciário britânico	26
Acordo permitirá destruição ou doação de 755 mil armas retidas na Justiça.....	28
Sindicato acusa rede de fast food de explorar funcionários	28
Carteiros levarão 10 dias para normalizar serviço.....	29
Carteiros estão exercendo um direito, diz ministra	29
Greve dos Correios não é abusiva, diz relator no TST	29
TST critica sindicatos dos trabalhadores dos Correios.....	30
Trabalho: número de terceirizados chega a 10,5 milhões, diz Sindeprestem.....	31

Na Assembleia, Dilma Rousseff lança o Pacto Brasil Sem Miséria no Sul

Presidente foi recebida com protesto de bancários e servidores do Judiciário
A agenda da presidente Dilma Rousseff no Rio Grande do Sul começou às 10h30min desta sexta-feira, na Assembleia Legislativa, onde é lançado o Pacto Brasil Sem Miséria na região sul do país.

Em meio a protestos de bancários e servidores do Judiciário, a presidente chegou à Praça da Matriz pontualmente. Ela foi recebida por autoridades no Teatro Dante Barone, onde ocorre o lançamento.

ZERO HORA

Falha eleva chama no polo petroquímico de Triunfo

Empresa foi obrigada a desviar maior quantidade de gases e o fogo pode ser visto até em Porto Alegre

Um problema operacional — queda do compressor de uma das plantas — obrigou a Braskem a reduzir a produção no polo petroquímico de Triunfo, na Região Metropolitana, na noite desta quinta-feira. Para garantir a segurança da operação, gases foram desviados para a tocha, elevando o fogo a ponto de chamar a atenção até de moradores de Porto Alegre.

A falha, que ocorreu por volta de 19h, foi rapidamente sanada, mas como a produção é grande, o incidente obrigou a reduzir a operação nas duas plantas da unidade de insumos básicos, a antiga Copesul.

Conforme Ruy Freire, gerente de relações institucionais da Braskem, a tocha é um equipamento destinado exatamente a ser utilizado em situações de anormalidade, como ocorreu esta noite.

Ao queimar os gases usados no processo de fabricação de insumos para a indústria de plástico, a tocha garante a segurança das instalações até que o processo de produção se normalize

ZERO HORA

Salário mais alto é pago a servidor

Com vencimentos inflados por vantagens, funcionário de carreira ganha R\$ 17,6 mil, enquanto vereador recebe R\$ 7,6 mil

Um revisor de documentos recebe R\$ 17.610,95 mensais, uma funcionária que serve café, água e chá vale R\$ 4.155, 98 e um motorista ganha R\$ 4.016,30. Após mais de dois meses, o presidente da Câmara de Caxias, vereador Marcos Daneluz (PT), respondeu ontem ao ofício DE-650/2011, protocolado no dia 8 de agosto, por meio do qual o jornal Pioneiro pede a relação de cargos e salários dos 106 colaboradores, entre servidores contratados e cargos de confiança.

Daneluz precisou desse tempo para vencer a resistência de alguns funcionários em divulgar os dados, e principalmente para cercar-se de pareceres jurídicos favoráveis à divulgação, evitando ações judiciais por dano moral. Os nomes dos ocupantes dos cargos, com jornada semanal de 44 horas, não foram revelados.

Os números impressionam. Eles mostram que os 17 vereadores com salários de R\$ 7.607,06 consomem apenas 18,7% da folha de pagamento da Câmara, sendo os 81,3% restantes usados para pagar salários de funcionários efetivos e cargos de confiança.

Entre os 41 funcionários efetivos (concurados e com estabilidade), há 10 salários que variam de R\$ 11.031,43 a R\$ 17.610,95, ou seja, ganham respectivamente mais do que um vereador de São Paulo (R\$ 9.288,00) e pouco menos que o maior salário pago no prédio vizinho, ao prefeito José Ivo Sartori (R\$ 18.101,34).

As discrepâncias também são grandes nos salários “menores”. Os R\$ 4.155,98 pagos à copeira que distribui café, chá e água aos vereadores e visitantes são bem superiores à média que a mesma funcionária receberia na iniciativa privada, em torno de R\$ 670. A situação se repete no caso do motorista com vencimentos que somam R\$ 4.016,30. O maior salário pago por uma empresa de transporte coletivo de Caxias a um motorista, que tem a responsabilidade de conduzir cerca de 240 pessoas por dia, é de R\$ 1.674.

Vantagens multiplicaram salário-base por quatro

Já entre os 65 cargos de confiança (indicados pelos vereadores e sem estabilidade), os maiores salários são de R\$ 10.253,50 (diretor-geral) e R\$ 7.678,25 (chefe da assessoria de comunicação social). Na sessão de ontem, Daneluz comunicou aos vereadores que o ofício foi respondido e, para os próximos dias, promete expor cargos e salários no site da Câmara.

Os altos salários pagos aos funcionários concursados da Câmara de Caxias decorrem de vantagens acumuladas e sobrepostas ao longo dos anos.

O salário-base do contacheque mais polpudo da Câmara, de R\$ 17.610,95, é de R\$ 3.942,55, porém ele aumentou mais de quatro vezes graças a vantagens aprovadas ao longo dos anos

ZERO HORA

Despesa com desaposentação chegaria a R\$ 12 bilhões

Caso prevaleça no Supremo Tribunal Federal (STF), a possibilidade de desaposentação forçaria o INSS a um desembolso adicional de R\$ 12 bilhões nos próximos cinco anos, disse ontem na Capital o presidente da autarquia, Mauro Hauschild. Apenas em valores retroativos, chegaria a R\$ 2 bilhões.

A desaposentação é o direito do segurado que continua trabalhando e contribuindo com a Previdência obter novo cálculo do benefício, incluindo os anos em que se manteve na ativa. O caso deve voltar à pauta do STF nas próximas semanas.

Gaúcho de Bom Retiro do Sul, Hauschild diz que o INSS ainda não fez todos os cálculos sobre o impacto da desaposentação porque a decisão poderia obrigar os segurados a devolver valores já recebidos.

Ao participar de seminário da Revista Voto, Hauschild admitiu que o fator previdenciário – que considera tempo de contribuição e idade para definir o valor do benefício – não atingiu o objetivo de adiar aposentadorias, apesar de ter representado economia de R\$ 35 bilhões.– Quando as pessoas deixaram o mercado, o benefício ficou abaixo do que teria se continuassem trabalhando e contribuindo – reconheceu.

O presidente do INSS também prometeu acelerar as perícias médicas, outra dor de cabeça dos segurados. O INSS deve lançar ainda este ano edital para contratar 500 médicos, com atenção especial ao Sul.

ZERO HORA

Serviços rápidos dos Correios voltam dia 24

Prioridade da estatal é atualizar entrega de cartas e encomendas comuns

Os serviços de entregas dos Correios com hora marcada, suspensos durante a greve dos empregados da empresa, só voltarão a funcionar no dia 24.

Conforme a estatal, a medida foi adotada para não haver atrasos nas entregas com horário determinado, como Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta. A intenção é regularizar a entrega de cartas e encomendas comuns para depois voltar a oferecer serviços diferenciados.

Segundo os Correios, com o retorno às atividades ontem, a expectativa é normalizar a distribuição de correspondência em todo o Brasil em prazo de sete a 10 dias. No próximo fim de semana, será feito mais um mutirão, com a participação de quem estava parado. Dessa forma, os grevistas começam a compensar os dias parados

ZERO HORA

Avança negociação com os bancários

As negociações entre bancários e bancos, emperradas desde o final do mês passado, avançaram ontem. Um acordo para encerrar a greve iniciada em 27 de setembro pode estar próximo.

Foi realizada ontem a primeira reunião entre a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e o comando nacional dos bancários. Terminou sem acordo, mas os dois lados ficaram de consultar seus associados em busca de um entendimento. Os bancários pedem aumento real (acima da inflação) de 5%, mas os bancos só ofereceram 0,56%. Conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), aumentou o número de agências fechadas.

ZERO HORA

Acusação de venda de acórdão causa polêmica na Justiça do Pará

A Associação dos Magistrados do Pará lançou ontem (13) uma manifestação de repúdio à acusação da senadora Marinor Brito (PSOL) de que o Tribunal de Justiça do Pará teria "vendido" uma sentença.

Marinor afirmou à imprensa local que a absolvição do ex-deputado estadual Luiz Sefer, acusado de pedofilia, foi negociada, e se valeu das declarações da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, de que há "bandidos de toga".

"Há várias formas de negociar. Não sabemos o preço de cada sentença. Conhecemos casos de juízes no Pará que foram afastados por vender sentenças", disse a senadora, na segunda-feira.

O ex-deputado Sefer foi absolvido na semana passada, em decisão da 3ª Câmara Criminal do TJ do Pará. A absolvição foi obtida com o provimento de recurso de apelação interposto pelo ex-deputado, sustentando não haver provas suficientes para condená-lo. Um de seus advogados é o criminalista Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça.

O relator da apelação, desembargador João Maroja, e o desembargador revisor Raimundo Holanda, votaram pela absolvição de Sefer. Convocado pelo TJ-PA para atuar no julgamento, o juiz Altemar Silva votou a favor da condenação, confirmando a sentença.

O médico Luiz Sefer era deputado pelo DEM em 2009 quando foi acusado por uma menor de estupro, cárcere privado, violência física, entre outros crimes.

Em primeiro grau, Sefer havia sido condenado a 21 anos de prisão. O Ministério Público anunciou que recorrerá da absolvição, apresentando inicialmente recurso de embargos infringentes e depois, se for o caso, recurso especial a ser julgado pelo STJ.

"Nem sempre uma condenação está atrelada ao conceito de Justiça, não nos cabendo avaliar o caso concreto em discussão. O que não se pode permitir, em tempos atuais, é o olho por olho e a permissividade de qualquer um atirar na vala comum a hombridade de uma classe para arrancar aplausos fáceis em palanques", diz a nota divulgada pela Associação dos Magistrados.

A entidade ainda repudiou a utilização, pela senadora, das declarações da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon. Consideraram que foi "colocada inteiramente fora de contexto".

A AMP também diz que entrará com uma ou mais ações na Justiça contra a senadora. Antecedentes do caso

Com informações do Diário do Pará

* Em 2005, aos nove anos, uma menina teria sido levada de Mocajuba (PA), por um outro médico, para morar na casa do então deputado Luiz Sefer, em Belém. Segundo denunciou o Ministério Público, a garota sofreu sucessivas violências sexuais na casa do médico durante quatro anos. Além do pai, segundo a acusação, o filho também abusava sexualmente da menina, que vive atualmente em programa de proteção de testemunhas.

* O caso ganhou dimensão nacional em 2009, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pedofilia) do Senado Federal foi a Belém e incluiu o caso nas investigações. No mesmo período, o Legislativo local também instaurou uma CPI para investigar crimes de pedofilia. Acusado, Sefer preferiu renunciar ao mandato de deputado a ser cassado por comissão processante instaurada na Assembleia Legislativa.

* O juiz da Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, Eric Aguiar Peixoto, chegou a decretar, em maio de 2009, a prisão preventiva do deputado, com base nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, que atesta a existência dos indícios do crime. O artigo 312 diz que "a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver provada existência do crime e indício suficiente de autoria".

* Em junho de 2010, a juíza da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, Graça Alfaia, condenou Sefer e decretou a sua imediata prisão. Mas ele fugiu de Belém e seu advogado impetrou habeas corpus, concedido duas semanas após a condenação pela desembargadora Vânia Bitar.

ESPAÇO VITAL

Está chegando o mais longo horário brasileiro de verão!

O horário brasileiro de verão 2011/2012 começará no próximo domingo (16) e vai até a zero hora de 26 de fevereiro de 2012. Serão 133 dias de duração.

Um decreto (nº 6.558), de 8 de setembro de 2008, assinado pelo então presidente Lula, já estabeleceu os padrões para as futuras horas de verão em parte do território nacional, não mais havendo necessidade de novas normas anuais.

Pelo art. 1º do decreto mencionado "fica instituída a hora de verão, a partir de zero hora do terceiro domingo do mês de outubro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano subsequente, em parte do território nacional, adiantada em 60 minutos em relação à hora legal".

No ano em que houver coincidência entre o domingo previsto para o término do horário de verão e o domingo de carnaval, o encerramento se dará no domingo seguinte. É justamente o caso do carnaval de 2012, que será comemorado nos dias 18 (sábado), 19 (domingo), 20 (segunda-feira) e 21 (terça-feira).

Com isso, excepcionalmente em 2012 o adiantamento de uma hora vigorará até a zero hora o dia 26 de fevereiro - será o mais longo horário de verão em parte do Brasil, em

todos os tempos.

A hora de verão vigorará nos Estados do Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O Governo Federal acolheu o pedido do Estado da Bahia, reincluindo este entre os que adiantarão o relógio em uma hora. A Bahia estava há oito anos sem aderir à mudança no horário.

Padaria indenizará grávida obrigada a esperar horas para receber salários

A 1ª Turma do TST não conheceu do recurso da Panificadora e Confeitaria Borguezam Ltda., e dessa forma, manteve condenação imposta pelo TRT da 9ª Região (PR) ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 7 mil a uma empregada que, durante a gravidez, era obrigada a ficar por horas esperando do lado de fora da empresa para entregar os atestados médicos.

Logo após o nascimento de seu filho e, portanto durante o período de licença-maternidade, a panificadora continuou a dispensar o mesmo tratamento à empregada quando ela ia receber seu salário.

Para o relator, ministro Lelio Bentes Corrêa, “acertadamente a empregada se sentia humilhada” por estar apenas cumprindo o que determina a lei, justamente durante o período na vida de uma mulher em que “a sensibilidade aflora e os efeitos da humilhação são sentidos de forma mais veemente”.

O ministro observou que este é mais um dos exemplos de como a conduta empresarial viola os direitos da personalidade dos trabalhadores.

No recurso de revista, a panificadora Borguezam buscava reformar a decisão regional, que havia elevado de R\$ 2,5 mil para R\$ 7 mil o valor do dano moral fixado pela Vara do Trabalho. Ainda segundo o relator, a decisão regional foi razoável, pois levou em conta a capacidade financeira do ofensor.

A Turma, por unanimidade, não aceitou os argumentos da panificadora de que o valor deveria ser revisto pois fugia aos limites da proporcionalidade e razoabilidade, por se tratar de “empresa familiar de pequeno porte”.

Os advogados Elisa Alonso Barros e Márcio Jones Suttile atuam em nome da reclamante. (RR nº 3678800-03.2007.5.09.0007

ESPAÇO VITAL

CNJ reabre processo disciplinar contra juiz alagoano

O Conselho Nacional de Justiça decidiu, por maioria de votos, abrir processo de revisão disciplinar contra o juiz José Afrânio dos Santos Oliveira, da Justiça Estadual de Alagoas. A determinação foi tomada na 136ª sessão plenária, realizada na última terça-feira (11). O magistrado é suspeito de favorecer uma empresa de Maceió, em ação que seria de competência da Justiça Federal.

Segundo os autos, Oliveira proferiu, durante plantão judicial, decisão que beneficiava uma empresa, que requeria a substituição dos bens dados em garantia hipotecária a cinco instituições bancárias e ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A presença do BNDES no processo já aponta a incompetência da Justiça estadual para avaliar o caso.

Verificaram-se ainda outras irregularidades. Nenhum dos bens requeridos se localizava em Maceió, cidade onde o juiz Oliveira atua. Foram, então, expedidas cartas precatórias para os juízes das comarcas onde os bens estavam situados.

Um dos magistrados deprecados encontrou duplicidade de precatórios requerendo a

liberação do bem e informou à Corregedoria de Justiça local. Constatou-se que os representantes legais da empresa não tinham assinado a procuração pleiteando tal medida judicial e que a assinatura dos documentos era falsa.

O caso foi analisado pelo TJ-AL em processo administrativo. Entretanto, a corte estadual determinou o arquivamento do procedimento.

Diante das evidências de irregularidades, o CNJ decidiu por reabrir o caso. “A presente revisão disciplinar não foi instaurada por conta da decisão do TJ-AL, na parte em que resolveu arquivar o processo administrativo disciplinar, por ausência de quórum e ocorrência de prescrição em perspectiva. Mas, sim, por causa da competência constitucional do CNJ para rever decisões disciplinares, proferidas há menos de um ano, quando o julgamento na origem contrariar evidências dos autos”, afirmou o relator, conselheiro Tourinho Neto, em seu voto.

Foi voto vencido apenas o conselheiro Bruno Dantas, indicado pelo Senado Federal.

ESPAÇO VITAL

Petrobras planeja dobrar produção na petroquímica Innova em Triunfo Projeto foi anunciado pelo diretor de Abastecimento da Petrobras em encontro na Fiergs

A Petrobras realiza estudo para duplicar a capacidade de produção da indústria petroquímica Innova, em Triunfo, no Rio Grande do Sul. O objetivo é ampliar de 250 mil toneladas para 500 mil toneladas a produção anual, segundo o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que participou de encontro nesta segunda-feira com industriais na Fiergs.

O estudo deve ficar pronto até dezembro. O projeto deve ser incluído no plano de negócios de 2012-2016, que deve ser aprovado no início do próximo ano.— Tem matéria prima e tem mercado. O valor do investimento ainda é analisado. Pela análise preliminar, a ampliação faz sentido.

O projeto ainda não tem orçamento, mas foi aprovado em análise preliminar, por combinar disponibilidade de matéria prima e mercado para os produtos derivados de uma das resinas produzidas na empresa, o estireno.

O estireno é a matéria prima do produto conhecido como isopor, mas também serve como insumo da indústria química. A resina final do processo é o poliestireno, utilizado para produzir grades de ar-condicionado, peças de máquinas e de automóveis, gavetas de geladeira, brinquedos e isolantes térmicos.

Atos anticorrupção tomam conta do país

Grupos defendem Ficha Limpa e repudiam voto secreto no Congresso

Com a adesão de 20 mil pessoas em Brasília e manifestações menores em 18 cidades - entre elas Rio, Curitiba, Salvador, Recife e Porto Alegre -, a Marcha Contra a Corrupção voltou às ruas no feriado de ontem, com faixas e cartazes contra políticos e em defesa da Lei da Ficha Limpa. Na capital federal, a Polícia Militar calculou primeiro em 13 mil e depois elevou para 20 mil pessoas a estimativa do público que percorreu a Esplanada dos Ministérios, entre o Museu da República e o Ministério do Exército.

As três reivindicações principais das manifestações foram a regulamentação da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a aprovação do projeto de lei que estabelece o voto aberto dos parlamentares no Congresso, e a preservação dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão de controle externo do Judiciário. Em Brasília, a marcha foi menor que a anterior, em 7 de setembro, quando foram contabilizadas 25 mil pessoas. Em São Paulo, um grupo calculado em mil pessoas

caminhou pela avenida Paulista, a partir do Masp, e foi até o Teatro Municipal, pela rua da Consolação. Um homem foi detido, por quebrar o vidro de uma lanchonete, mas nenhuma rua precisou ser interditada.

Uma das organizadoras do evento, Lucianna Kalil explicou que, desta vez, além da divulgação da iniciativa em redes sociais houve distribuição de panfletos para que as pessoas soubessem do movimento. Foram colhidas assinaturas em defesa da Ficha Limpa. No Rio, os organizadores recolheram assinaturas em defesa de um projeto de lei para transformar a corrupção em crime hediondo.

CORREIO DO POVO

Protesto chega ao Piratini no sábado

Um ato contra a corrupção, convocado pelas redes sociais, em especial o Facebook, chamou a atenção, ontem, em frente ao Monumento ao Expedicionário, no Parque Farroupilha (Redenção), em Porto Alegre. Grupos de jovens se reuniram para divulgar a marcha que ocorrerá no próximo dia 15, cujo destino é o Palácio Piratini. Cartazes e faixas pediam o fim da corrupção.

Segundo uma das organizadoras do evento, Rosângela Puhl, os protestos de 7 e 20 de setembro serviram para unir grupos que denunciavam a corrupção. Depois do dia 20, foram feitos contatos para programar novas manifestações. Rosângela foi para a frente do monumento às 10h, com outras pessoas, para entregar panfletos. "Estamos aqui para divulgar a passeata do dia 15", disse Rosângela, do movimento Acorda Brasil.

A programação para o dia 15 começa com uma concentração em frente ao Monumento do Expedicionário, no início da tarde. Às 16h, ocorre a saída, em passeata, para a Praça da Matriz. Lá, será montado um acampamento, onde ocorrerão apresentações culturais, debates e plenárias, tendo como tema a corrupção. "Na manhã de domingo, levantamos o acampamento e retornamos para o Parque da Redenção", detalhou Rosângela. "Este movimento não tem nenhum cunho partidário, ele é feito por cidadãos brasileiros que não aceitam a situação em que se encontra a política."

CORREIO DO POVO

Horário de verão começa no domingo

A partir da 0h deste domingo, entra em vigor o horário de verão para quem mora nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e parte do Nordeste do país. O novo horário, que termina em 26 de fevereiro de 2012, vai vigorar em Minas, São Paulo, Rio, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Bahia. É a 41 edição do horário de verão que, desde 2008, tem data fixa de início (3 domingo de outubro) e término (3 domingo de fevereiro do ano subsequente). Mas, se a data coincidir com o domingo de Carnaval, o término se transfere para o domingo seguinte. O sistema é sempre adotado nesta época do ano por causa do aumento na demanda, resultado do calor e do crescimento da produção industrial às vésperas do Natal.

De outubro a fevereiro, os dias têm maior duração por causa da posição da Terra em relação ao Sol, e a luminosidade natural pode ser melhor aproveitada. O governo reafirma a necessidade pela economia que possibilita nos meses de pico. Na última edição, foi possível economizar 226 gigawatts (GW) na região Sul e 560 (GW) no Sudeste e no Centro-Oeste, revela o Ministério de Minas e Energia. No RS, conforme a

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a expectativa é baixar a carga em 4,6% no horário de demanda máxima (14h às 15h), assim como a queda no consumo total em 0,5%.

CORREIO DO POVO

Correios: volta ao trabalho hoje

O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Correios e Telégrafos no RS (Sintect/RS) divulgou nota, ontem à noite, em que orienta os servidores a retornar ao trabalho a partir desta quinta-feira. A medida, que ocorre 28 dias após o início da greve, segue determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e da federação nacional da categoria. Os trabalhadores pretendem realizar uma assembleia de avaliação do movimento, no dia 19 de outubro, em Porto Alegre. A multa diária por descumprimento da ordem é de R\$ 50 mil para a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect). Na última audiência entre empresa e trabalhadores ficou determinado que haverá um reajuste de 6,87%, mais um ganho real de R\$ 80,00. Segundo o diretor da Fentect, José Gonçalves de Almeida, a orientação passada para os sindicatos estaduais é para que todos retornem ao trabalho já no período da manhã.

Sindicatos já buscam aviso prévio retroativo

Uma das maiores preocupações dos empresários quando o projeto de lei que previa o aviso prévio de até 90 dias era discutido estava na possibilidade de ele ser retroativo. A lei foi sancionada pela presidente na terça-feira e vale apenas para funcionários demitidos do dia da sua publicação no Diário Oficial da União (ontem) em diante, mas sindicatos e entidades representativas estão se movimentando para requerer na Justiça o direito à proporcionalidade do aviso prévio. O assunto, no entanto, divide o movimento sindical. Enquanto a Força Sindical já orienta os sindicatos filiados a procurarem a Justiça, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) analisa as possibilidades jurídicas para isso.

A reportagem é de Carlos Giffoni e publicada pelo jornal Valor, 14-10-2011.

João Carlos Gonçalves, o Juruna, da Força, diz que ontem foi enviada uma carta a todos os sindicatos filiados incentivando que eles orientem os trabalhadores a entrar na Justiça. "Falamos sobre os nossos direitos baseados no próprio Tribunal Superior de Justiça, que estava julgando casos de trabalhadores que entraram com processos pedindo aviso prévio proporcional antes de a lei ser sancionada. Esse direito existe desde 1988, quando a lei já garantia, no mínimo, 30 dias", explicou

Paulinho da Força, presidente da entidade, disse, em nota, que o trabalhador demitido tem direito a fazer reclamação trabalhista nos dois anos seguintes à demissão.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes começou nesta quarta-feira a convocação dos trabalhadores demitidos nos últimos dois anos para reivindicar o direito ao aviso prévio proporcional. A entidade se baseia no fato de a Constituição de 1988 garantir esse direito, faltando apenas a sua regulamentação pelo Congresso Nacional. A orientação aos trabalhadores começa hoje, na sede.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que representa cerca de 110 mil trabalhadores, encaminhou ao seu departamento jurídico um pedido de análise sobre a viabilidade de ações na Justiça. O Valor apurou que é improvável que o sindicato oriente os

metalúrgicos que representa a entrarem na Justiça. A CUT, a que os metalúrgicos do ABC são filiados, disse que está estudando essa possibilidade desde que o projeto de lei era votado e ainda não tem uma posição definida.

Entre os comerciários, há certo otimismo: "Vamos lutar para que os demitidos antes de a lei valer sejam beneficiados. O assunto será discutido com a Força [Sindical] para ver como entraremos na Justiça", disse Luiz Carlos Motta, presidente da Federação dos Comerciários, que desde ontem está em um congresso da categoria na Baixada Santista onde o assunto será debatido com outros mil dirigentes.

O Sindicato Nacional dos Aeroviários entrará com uma ação na Justiça pedindo o aviso prévio proporcional para cerca de 30 mil trabalhadores de empresas aéreas demitidos sem justa causa desde 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. O processo será ajuizado na Justiça trabalhista de Brasília, entre hoje e segunda-feira, e terá efeito para aeroviários do Brasil inteiro.

Os bancários, que estiveram ontem em negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a respeito do reajuste salarial deste ano, ainda não têm uma posição sobre a postura que será incentivada pelo sindicato.

Ministério pode regular nova lei do aviso prévio

As dúvidas e a insegurança jurídica geradas pela lei que amplia o prazo de aviso prévio poderão ser resolvidas por regulamentação que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pretende desenvolver a partir de um estudo com os principais questionamentos ao texto.

A reportagem é de Thiago Resende e publicada pelo jornal Valor, 14-10-2011.

A lei concede ao trabalhador três dias extras de aviso prévio por ano de serviço prestado na mesma empresa. Mas o cálculo dessa proporcionalidade é apontado como uma das incertezas. A dúvida é se, já no primeiro ano, serão acrescentados três dias no prazo ou se, após 12 meses de trabalho, o empregado terá direito apenas aos 30 dias previstos anteriormente.

Outro ponto a ser esclarecido é se, com a lei, o trabalhador também terá que cumprir mais dias de aviso prévio em caso de pedido de demissão.

Greves de bancários, professores e no Judiciário desafiam governo

Greves de bancários, professores e no Judiciário desafiam governoCorreios voltam a dar expediente, mas bancários, professores de institutos federais e servidores do Judiciário fazem paralisações por reajuste salarial que preocupam governo. Em Brasília, ministério do Planejamento suspende reunião com sindicatos da educação e diz que não negocia com grevistas. Em São Paulo, bancos chamam funcionários para primeira reunião desde 23 de setembro.

Najla Passos

BRASÍLIA – Os funcionários dos Correios começaram a voltar ao trabalho nesta quinta-feira (13), mas pelo menos três greves vão continuar desafiando o governo, que se impôs um arrocho fiscal neste ano, por causa da inflação e da crise econômica global. A onda de greves envolve bancários, parados há 17 dias, professores de institutos federais, longe das salas de aula há mais de dois meses, e servidores do Judiciário e do Ministério Público, que prometem intensificar as paralisações.

Nesta quinta-feira (13), professores e técnicos dos institutos federais de ensino fizeram um protesto em frente ao Ministério do Planejamento, reivindicando participar de uma reunião que a pasta faria com entidades representativas de trabalhadores na educação. Os manifestantes bloquearam o acesso ao ministério e levaram o secretário de Relações do Trabalho da pasta, Duvanier Paiva, a suspender toda a reunião, sob o argumento de que não negocia com grevistas.

Membro do Comando Nacional de Greve, David Moreno Montenegro, professor do Instituto Federal do Ceará, reclamou da atitude. “Já consideramos intransigência o governo não negociar conosco, porque isso demonstra que ele não reconhece a greve como instrumento legítimo de luta. Mas hoje, a pauta era outra. Não havia razão para que não fossemos recebidos. A situação é absurda”, afirmou.

De acordo com ele, professores e técnicos estão longe dos campi das escolas técnicas federais desde 1º de agosto. Dos 400 institutos do país, 228 chegaram a aderir à paralisação nacional no auge do movimento, no início de outubro. Hoje, 145 permanecem parados. Se a greve não terminar em prazo recorde, comprometerão o ano letivo dos alunos e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Avaliamos que este cenário de possibilidade de perda do semestre e a inviabilização do Enem podem nos favorecer”, disse.

A categoria pede 14,67% de recomposição salarial, reestruturação das carreiras, democratização abertura de concurso público, jornada de 30 horas semanais para técnicos e destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, entre o total de onze itens da pauta de reivindicação.

Já servidores do Judiciário e do Ministério Público começam a retomar, aos poucos, paralisações pela aprovação de projeto de lei que prevê revisão do plano de cargos e salários e reajuste salarial. O projeto está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados há mais de um ano.

Segundo a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário e do Ministério Público (Fenajufe), já estão parados servidores de seis estados (Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Amazonas, Maranhão e Paraíba). “A Paraíba aderiu hoje e já realiza uma greve de forte adesão. Todos os tribunais estão fechados para atendimento ao público”, disse o coordenador-geral da Fenajufe, Ramiro Lopes.

O reajuste do Judiciário gerou uma espécie de queda de braço da presidenta Dilma Rousseff com o Poder. O projeto de orçamento 2012 que o governo mandou o Congresso em agosto não reserva recursos para aumento no Judiciário. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, reclamou, e Dilma mandou ao Congresso um complemento ao projeto tratando do reajuste. Para a Fenajufe, o complemento é “dúbio”.

O relator-geral do orçamento, Arlindo Chinaglia (PT-SP), diz que não há espaço para a correção. O relator da parte arrecadatória do orçamento, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou na terça-feira (11) parecer parcial em que aponta uma receita R\$ 25 bilhões superior à prevista pelo governo.

Enquanto os professores protestavam em Brasília, a Federação Nacional dos Bancos (Febraban) rompia o silêncio praticado desde 23 de setembro e chamava os bancários para negociar. A greve, considerada a maior da categoria nos últimos 20 anos, foi deflagrada dia 27 de setembro, depois que os sindicatos, em assembleias, rejeitaram a proposta de reajuste de 8%, o que significaria apenas 0,56% de aumento real nos contracheques.

Os bancários reivindicam reajuste de 12,8% (aumento real de 5% mais a inflação do período), valorização do piso, maior participação nos lucros e resultados, mais

contratações, extinção da rotatividade, fim das metas abusivas e combate ao assédio moral.

Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Contraf-CUT mostra que o salário inicial pago pelos bancos brasileiros em agosto de 2010 era equivalente a US\$ 735, mais baixo que o dos uruguaiois (US\$ 1.039) e quase a metade do valor recebido pelos argentinos (US\$ 1.432).

Até o fechamento desta reportagem, a reunião não tinha terminado.

Mais cedo, em entrevista à Agência Brasil, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, manifestara preocupação do governo com o rumo da greve dos bancários, muitos deles trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Carvalho também disse, segundo a Agência, ter lamentado que os funcionários dos Correios não tenham aceitado a proposta oferecida pela empresa na negociação que, segundo ele, era superior à arbitrada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Ao julgar dissídio coletivo na última terça (11), o TST impôs reajuste reajuste de 6,87%, retroativo a agosto, e cortou seis dias parados.

Dívida trabalhista poderá ser paga com cartão de crédito ou débito

A partir de janeiro de 2012, a Justiça do Trabalho aceitará em audiências, o pagamento das condenações em cartão de crédito ou débito. A experiência iniciará no Pará, Amapá e Goiás, e deverá ser expandida para todo o Brasil ao longo do ano.

Este foi um dos assuntos tratados pelo juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Marlos Augusto Melek, na abertura da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Colepcores (Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho).

A novidade será viabilizada por meio de um convênio entre a Corregedoria Nacional de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, Colepcores, TRT-8 (Tribunal de Justiça do Trabalho da 8ª Região), Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. As salas de audiência serão equipadas com máquinas de cartões, podendo a parte condenada optar por esta modalidade de pagamento. O alvará, no caso, será liberado de imediato.

Com base nos valores dispostos na ata de audiência, os bancos ficarão responsáveis pelo controle do pagamento e o recolhimento de custas, honorários, imposto de renda e INSS. Os valores poderão ser parcelados em 15 vezes, respeitando o limite do cartão.

Nos pagamentos com cartão de débito, o reclamante receberá a quantia em 24 horas. No caso de crédito, em 30 dias. A modalidade garante os valores ao trabalhador mesmo que a outra parte não pague posteriormente a fatura do cartão.

Conforme Marlos, a medida agilizará o cumprimento da decisão judicial. “Como o pagamento fica garantido, o processo pode ser arquivado após o devedor passar o cartão na máquina”, afirmou o juiz. De acordo com o magistrado, está sendo negociada com os bancos a possibilidade de a transação não ser taxada, visto que as instituições poderão oferecer outros produtos agregados. “Em situações em que o pagamento é parcelado, o reclamante poderá, por exemplo, fazer um empréstimo do valor total, nos moldes do consignado”, exemplificou o juiz. “Mas, se houver taxa, será a menor entre as tabelas, algo em torno de 1%, e ficará a cargo do devedor”, complementou.

Ao final de cada mês, as Varas do Trabalho receberão um relatório dos bancos, informando CPFs, CNJs e os valores despendidos.

A 7ª Reunião Ordinária do Colepcores será realizada até esta sexta-feira, no Hotel Serra Azul, em Gramado (RS). O evento tem o apoio da Caixa Econômica Federal.

ULTIMA INSTANCIA

Entra em vigor hoje lei que amplia prazo do aviso prévio

Passam a valer a partir desta quinta -feira (13/10) as novas regras do aviso prévio. A lei publicada no Diário Oficial da União aumenta de 30 para 90 dias o tempo de concessão do aviso nas demissões sem justa causa.

O projeto, aprovado na Câmara no último dia 21, tramitava no Congresso desde 1989 e foi sancionado sem vetos pela presidenta Dilma Rousseff.

O prazo do aviso aumenta proporcionalmente ao tempo de serviço prestado na mesma empresa. Além do direito aos 30 dias (já previsto em lei), o trabalhador terá direito ao acréscimo de três dias a cada ano de serviço, limitado a 90 dias de aviso prévio.

Em caso de demissão voluntária, o empregado deve trabalhar pelo mesmo período ou ressarcir a empresa pelo tempo devido. Mas a empresa pode optar por liberar o empregado, sem ônus.

De acordo com a Casa Civil, o novo prazo de aviso prévio vale para demissões que ocorrerem a partir de hoje. Não influencia quem pediu demissão ou foi demitido antes da vigência da nova regra.

ULTIMA INSTANCIA

Greve dos Correios terminou em todo o país, diz Fentect

Trabalhadores voltaram ao trabalho nesta quinta, após decisão do TST.

Fentect estima que há mais de 500 milhões de correspondências atrasadas.

Do G1, em São Paulo

A greve dos Correios chegou ao fim nesta quinta-feira (13) em todos os estados do país, segundo informações da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect). "Todos voltaram ao trabalho", diz Robson Luiz Pereira Neves, secretário da Questão Racial da entidade.

Os trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) entraram em greve no dia 14 de setembro. Como não houve acordo entre as partes em encontros ocorridos durante a paralisação, a decisão a respeito do assunto ficou a cargo do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na última terça-feira, durante julgamento do dissídio coletivo, o TST decidiu que a greve da categoria não foi abusiva. Até aquele momento, havia entre 50 mil e 60 mil trabalhadores parados, segundo estimativas da Fentect.

Correios

Segundo nota divulgada pelos Correios, cerca de 96% dos empregados que haviam parado já estão trabalhando.

“Os trabalhadores que estavam parados estão sendo recebidos com atenção, respeito e profissionalismo, pois são tão importantes para empresa quanto os que continuaram trabalhando e fazem parte de uma equipe que tem como objetivo bem atender o cidadão, a cidadã brasileira e engrandecer o patrimônio público que são os Correios”, afirmou, em nota, o presidente da empresa, Wagner Pinheiro de Oliveira.

A expectativa dos Correios é que, com o fim da greve, a distribuição de correspondência seja normalizada num prazo entre sete e dez dias. "Os serviços que foram suspensos durante a paralisação (Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta) voltarão a funcionar até o dia 24/10."

A empresa informa que, neste final de semana, será realizado mais um mutirão nacional, com a participação dos trabalhadores que estavam parados -- que, assim, iniciam a compensação dos dias de greve -- e também de voluntários de outras áreas da empresa. No feriado de quarta-feira (12), o mutirão nacional dos Correios entregou 8 milhões de cartas e encomendas e triou (deixou preparadas para a entrega) mais 17,8 milhões em todo o país.

Entregas

Embora os Correios estimem que haja cerca de 184 milhões de correspondências atrasadas em todo o país, a Fentect diz que este volume pode ser "três vezes maior", o que daria mais de 500 milhões de itens retidos.

O GLOBO

CNJ contém farra de gastos com viagens

Uma portaria do Conselho Nacional de Justiça restringiu os gastos com diárias e transporte de conselheiros e servidores da instituição. O objetivo da norma publicada anteontem (11), assinada pelo presidente do órgão, ministro Cezar Peluso, é conter a farra de gastos revelada no mês passado pelo jornal O Estado de S. Paulo, como despesas superiores a R\$ 3 milhões com diárias no Brasil e no exterior, e quase R\$ 700 mil com festas e homenagens.

A portaria, que pode ser acessada na página do conselho na internet (www.cnj.jus.br), proíbe o "pagamento de diárias e de despesas com o deslocamento, a emissão de passagens e o ressarcimento de desembolso com transporte de conselheiros, magistrados e servidores" que participarem de eventos.

A partir de agora, o conselheiro ou servidor será ressarcido somente se estiver representando institucionalmente o CNJ, com autorização do presidente do órgão.

Para justificar a medida, Peluso afirma que é preciso "disciplinar a concessão de diárias e de despesas com transporte", e acrescenta que sempre deve haver "compatibilidade entre o motivo do deslocamento e o interesse público".

Um levantamento dos gastos do CNJ nos oito primeiros meses do ano feito pela ONG Contas Abertas, apontou despesas milionárias com diárias, passagens aéreas e publicidade, além de gastos com eventos como coquetéis, almoços e posses.

Após a divulgação do levantamento pelo Estado, o CNJ admitiu que os gastos com viagens e diárias cresceram. Entretanto, argumentou que essas despesas são inevitáveis e necessárias para o funcionamento do órgão, já que os integrantes do conselho não são obrigados a morar em Brasília.

"Para que toda essa atuação seja efetiva e eficaz, é inevitável que integrantes do conselho se desloquem, com frequência, da sede do conselho, em Brasília, ou de seus domicílios legais, para as localidades onde se concretizam os programas e eventos", informou na época a assessoria do conselho.

A nota da assessoria destacou que programas que eram pontuais na gestão anterior, do ministro Gilmar Mendes, passaram a ser permanentes. E deu como exemplo o mutirão carcerário, criado por Mendes. (Com informações do jornal O Estado de S. Paulo).

ESPAÇO VITAL

No PA, vida de extrativista vale R\$ 80 mil

Para grileiros e madeireiros que aos poucos voltam a invadir a reserva extrativista Riozinho do Anfrísio, 736 mil hectares protegidos em Altamira (PA), a vida de Raimundo Belmiro vale R\$ 80 mil. Para ele, líder extrativista nascido e criado na

região, a vida da floresta não tem preço. "A floresta é a nossa vida."

A reportagem e a entrevista é de Fernando Gallo e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 13-10-2011.

Há um mês e meio, o Ministério Público Federal enviou ofício à Polícia Federal pedindo proteção a Belmiro. Na avaliação de procuradores da República do Pará, o valor é muito alto para os padrões da pistolagem local - sinal de que as denúncias feitas pelo extrativista de que grileiros, madeireiros e fazendeiros invadem a reserva estão incomodando.

Por ora, Belmiro é protegido por dois policiais, que o escoltam na reserva e nas viagens mensais a Altamira. "Mas quando eu venho para a cidade, minha família e todas as outras pessoas que vivem lá ficam desprotegidas dentro da reserva."

Eis a entrevista.

Quando começaram as ameaças de morte?

No início da Resex (reserva extrativista), em 2004. Nessa época, fui tirado da Resex e levado para Brasília, a pedido da Marina Silva, que era ministra.

Você sempre morou na região?

Nasci e me criei lá. Fomos eu e meu tio, Herculano Porto, que lutamos pela criação da Resex. Por isso, os grileiros, e os madeireiros, que estavam invadindo, tomaram a atitude de nos ameaçar, de querer nos matar.

Como as ameaças chegaram até vocês?

Em 2004, chegaram até a botar placa na boca do igarapé. E mandaram pessoas virem falar pra gente. Chegaram a dizer isso pessoalmente. Diziam que não reconheciam a área como federal, que era uma área que eles tinham comprado. E que não adiantava eu me mexer. Esse pessoal você sabe como é... vem com pistoleiro e tudo o mais.

E então?

O governo federal enxergou isso e mandou tirar a gente de lá. Criaram a Resex e montaram uma base do Exército dentro, junto com o Ibama e a polícia. Estava bom até este ano. Em 2007, eles voltaram a invadir a Resex. Em 2011, voltaram a me ameaçar, porque eles pensam que sou eu que faço todas as denúncias contra eles. E não é bem assim. Mas eu tenho que explicar para os órgãos federais, como o ICMBio (Instituto Chico Mendes, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente responsável pela fiscalização da reserva) o que está acontecendo. Sou presidente da associação de moradores e um dos diretores da Resex. Se eu não explicar, a culpa cai sobre mim.

Como funcionava essa base?

Tinha uma base do Exército que durou oito meses. Depois, o clima ficou tranquilo e eles saíram. Aí, em 2008, 2009, eles voltaram para dentro da Resex.

Quem são eles?

É um grupo, um pessoal aí que eu não sei bem informar.

Não sabe ou teme dizer?

Eu tenho receio. Eu sei quem é, a PF sabe, o ICMBio sabe.

São madeireiros e grileiros?

Isso. E fazendeiros. Tudo junto.

E eles alegam que a área pertence a eles?

Desde 2001, 2002. Mas o governo em 2004 os retirou. Os que eles pegaram, prenderam. E os que não foram pegos são alguns dos que estão me ameaçando.

Eles foram indenizados?

De jeito nenhum. Eles estavam ilegalmente, com documento frio, falando que o documento estava em dia. Diziam que tinham tirado os documentos de propriedade das terras em Brasília. Mas na época, em 2004, quando se criou a reserva, eu conversei pessoalmente com o presidente Lula. Ninguém em Brasília conhecia esse pessoal.

Quando as ameaças voltaram?

As invasões de madeireiros voltaram em 2007, mas foi em 2011 que voltaram as ameaças. Pra andar na cidade (Altamira), eu tenho que ter dois seguranças comigo. Estou andando com dois seguranças. Porque disseram que vão tirar a minha vida daqui para o fim do ano.

Quem paga pela segurança?

O ICMBio.

Você se sente seguro?

Pra mim, o melhor é ter uma base do ICMBio lá dentro, com a polícia, para poder fazer vistorias na área. Porque veja, quando eu venho para a cidade, minha família e todas as outras pessoas que vivem lá ficam desprotegidas.

Você é casado?

Sou. Tenho nove filhos.

Vocês são em quantos moradores na reserva?

São 58 famílias cadastradas. Uma base de 280 a 300 pessoas.

O sr. tem conversado com quem no governo?

Com gente da Casa Civil, dos Direitos Humanos, e com o chefe do ICMBio em Brasília, o Paulo Carneiro. Eles estão correndo atrás de ver essa base.

O sr. disse que uma tragédia poderia ocorrer se nada fosse feito. A que se referia?

Se o governo não tomar providências, a tragédia é acontecer como vem acontecendo com lideranças da região. Em 25 de agosto, aconteceu em Marabá com aquele rapaz ([Valdemar Barbosa Oliveira](#), líder de assentados morto a tiros após ameaças).

E em Nova Ipixuna (PA), com o casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Esse rapaz pediu proteção. O governo não se ligou. O que aconteceu? Perdeu a vida defendendo o que tinha que defender. A floresta é a nossa vida.

Como o sr. recebeu a notícia de que sua vida vale R\$ 80 mil?

Fiquei sorrindo, não sabia se era verdade. Depois vi que era.

Protesto contra a corrupção reúne 20 mil em Brasília

Munidas de vassouras, pizzas e máscaras de personagens da política, milhares de pessoas aproveitaram o feriado para participar de atos contra a corrupção em mais de dez capitais do país.

A reportagem é de Larissa Guimarães, Paulo Gama e Paula Bianchi e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 13-10-2011.

As manifestações - mobilizadas principalmente por meio da rede social Facebook - reuniram 20 mil pessoas em Brasília, 2.000 na avenida Paulista, em São Paulo, e 1.500 na praia de Copacabana, no Rio, segundo cálculos da Polícia Militar.

Outras cidades, como Florianópolis, Belo Horizonte, Goiânia, Recife, Manaus, Fortaleza e Curitiba reuniram desde 15 participantes (caso de Manaus) a 2.500 (Goiânia).

Os protestos tiveram em comum bandeiras como o fim do voto secreto no Congresso Nacional e a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Em várias capitais, os manifestantes também pediram o fortalecimento do Conselho Nacional de Justiça e investimentos em saúde e educação.

Na maior parte dos atos, os grupos se classificavam como apartidários. Em Brasília, militantes de partidos foram vaiados. Em São Paulo, o senador Eduardo Suplicy (PT) se dirigiu a um carro de som para falar, mas foi impedido.

"Se discursasse, iam dizer que o movimento é ligado ao PT, e não queremos nos

vincular a nenhum partido", disse um dos organizadores do ato, Saulo Rezende, 29. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foi alvo de críticas de manifestantes em vários protestos.

Em Brasília, ele e o deputado cassado José Dirceu (PT-SP), que saiu do governo Lula após o escândalo do mensalão, foram chamados de "ladrões" e "corruptos".

Já a presidente Dilma Rousseff foi cobrada a fazer uma "faxina ampla e irrestrita".

Também na capital federal, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcanti, pediu o fortalecimento do CNJ.

Já no Rio, no fim do trajeto, foi feito um minuto de silêncio em homenagem à juíza Patrícia Acioli, assassinada com 21 tiros em agosto.

Depois, os manifestantes encontraram um grupo de 30 crianças da favela Mandela, na zona norte do Rio. A organização Rio de Paz explicou que elas representavam a necessidade de união da sociedade brasileira.

Este é o segundo feriado seguido em que manifestações contra corrupção convocadas pela internet saem às ruas.

Há cerca de um mês, no Dia da Independência, 12 mil pessoas participaram da Marcha contra a Corrupção na Esplanada dos Ministérios.

Em São Paulo, 1.200 foram à av. Paulista e, no Rio, 50 compareceram à Cinelândia.

Àquela ocasião, mais de 130 mil pessoas no país disseram no Facebook que protestariam.

Organização e PM divergem sobre público

O público informado por organizadores de manifestações geralmente diverge do divulgado pela Polícia Militar.

Em São Paulo, por exemplo, onde a PM afirmou que cerca de 2.000 pessoas participaram do ato na av. Paulista ontem, organizadores estimaram o público em até 10 mil pessoas. A PM faz a medição com base em imagens de helicóptero e na avaliação de policiais. A partir do cálculo da área ocupada, considera que até seis pessoas possam ocupar um metro quadrado. Organizadores, por sua vez, dizem que computam também o público rotativo.

Em metade dos tribunais, folha de salário é um mistério

Treze tribunais sonegam as informações sobre a folha de pagamento de magistrados e servidores, impedindo que se possa saber se pagam ou não supersalários

A medida de transparência é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mas parece que para muitos na Justiça tornou-se melhor considerar o CNJ impertinente e desobedecê-lo. Quase dois anos depois de o Conselho Nacional de Justiça determinar a publicidade dos valores dos vencimentos pagos a magistrados e servidores, quase a metade dos tribunais estaduais ainda não publica na internet as folhas de pagamento do seu pessoal. Sem essa informação, o cidadão não tem como saber se há ou não o pagamento de supersalários, os rendimentos acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 26.723,13.

Levantamento do Congresso em Foco mostra que 13 dos 27 tribunais estaduais não revelam quanto pagaram a cada membro ou funcionário. Há um ano e meio, o site mostrou que apenas dez tribunais publicavam tudo o que era exigido. Depois desse tempo, o número evoluiu pouco: são 14 os tribunais transparentes.

Dos grupo de 13 tribunais, alguns apenas aparentam cumprir a regra de publicarem suas folhas de pagamento. Na verdade, escondem a informação agregando todos os rendimentos de um mesmo cargo. Por exemplo, em vez de dizer quanto recebeu cada

um dos desembargadores, o TJ de Goiás soma o valor pago a todos. Informa apenas: “Desembargador – R\$ 844.116,70”. A mesma prática é observada em outros órgãos do Judiciário. Ela contraria claramente a resolução 102 do CNJ, que diz no inciso 6º do artigo 3º que os tribunais deverão publicar as remunerações e diárias pagas “individualmente” a magistrados, servidores e colaboradores.

Os órgãos até divulgam dados sobre a gestão financeira e orçamentária e a relação de fornecedores. Mas omitem os dados sobre a folha de pagamento completa, ficam fora do conhecimento da sociedade.

Tribunais militares

O Judiciário estadual está longe de ser o único a não cumprir a exigência do CNJ.

Outros três tribunais militares, consultados aleatoriamente pelo Congresso em Foco, também não publicavam suas folhas de pagamento, como determina a resolução 102, de dezembro de 2009.

O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) não faz isso, mas está amparado pelo fato de a norma só não valer para a corte máxima brasileira. Órgão onde se decidem os julgamentos mais importantes do Brasil, o STF não está disposto a aumentar a transparência para o cidadão publicando sua folha de pagamento. “As informações que a legislação exige estão no site do STF no link ‘transparência’”, limitou-se a dizer a assessoria de imprensa do Supremo, quando questionada.

Grande avanço

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que chegou a divulgar que apenas quatro dos 83 tribunais do Brasil ainda eram opacos, disse ao site que já considera “um grande avanço” o fato de muitos órgãos do Judiciário criarem seções de transparência em seus sites. Antes, nem isso existia. Futuramente, o CNJ vai cobrar o completo cumprimento da resolução 102, disse a assessoria.

Outra exigência futura do conselho será a linguagem adotada nos sites. Em vez de números de leis, normas, resoluções e anexos, o CNJ quer que se usem palavras mais acessíveis ao público leigo, como, por exemplo, “recursos humanos”, “folha de pagamento”, ou “lista de remunerações pagas a magistrados e servidores”.

Procurados, a maioria dos tribunais não prestou esclarecimentos. O TJ de Santa Catarina disse entender que cumpre integralmente as determinações do Conselho, ressaltando que não foi cobrado pelo CNJ de alguma falta. Entretanto, na semana passada, o próprio CNJ divulgou comunicado informando que o tribunal catarinense estava entre os que não cumprem a resolução de transparência. O Judiciário de Santa Catarina não respondeu se existem magistrados e servidores ganhando acima do teto. O TJ do Piauí afirmou que não publica a folha de pagamentos porque não tem todas as informações atualizadas pela Secretaria de Administração e Pessoal. Afirmou que está providenciando a divulgação dos dados. O tribunal negou que existam magistrados e servidores ganhando acima do teto. O TJ do Piauí disse que não poderia fornecer cópia da folha de pessoal possivelmente por “razões técnicas”.

Íntegra das respostas dos tribunais

Como vem mostrando o Congresso em Foco, existem supersalários em todos os Poderes, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Apesar de a Constituição proibir, políticos, como o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), autoridades e funcionários públicos ganham mais que os R\$ 26.723,13 permitidos. O caso foi parar no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Judiciário. A presidenta Dilma Rousseff encomendou um projeto de lei na esperança de resolver o problema, ao mesmo tempo em que trava embate com o presidente do Supremo, Cezar Peluso, defensor de aumentos salariais para magistrados e funcionários.

Tudo sobre supersalários

Ministério ouve trabalhadores sobre comissão de fábrica

Objetivo é estimular entendimento direto entre empregadores e empregados
O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou nesta terça-feira, 11, reunião entre procuradores do Trabalho e membros das comissões de fábrica da "Forjas Taurus" e da "MWM International". O encontro aconteceu na sede do MPT em Porto Alegre e teve o objetivo de ouvir as experiências dos representantes dos trabalhadores.

A Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) está implantando o "Programa Nacional de Promoção da Representação dos Trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados". O objetivo é o de incrementar o entendimento direto entre empregadores e empregados, a partir da eleição de um representante dos trabalhadores em todas as empresas com mais de 200 empregados. Trata-se de importante mecanismo para a autocomposição e pacificação dos conflitos trabalhistas, com contribuições essenciais para a melhoria das condições sociais dos trabalhadores. Tudo que diga respeito aos empregados de uma empresa poderá ser tratado pelo representante eleito.

A audiência de hoje foi presidida pelo procurador Rogério Uzun Fleischmann, representante regional da Conalis. Na sua avaliação, o encontro foi proveitoso porque "foi possível entender o funcionamento das comissões de fábrica e perceber a importância que têm para a solução de conflitos de forma imediata, para a melhoria das condições de trabalho e, especialmente, para consolidar a cultura do diálogo franco e responsável, no interesse do bem-estar no trabalho".

COLETIVA NEWS

Negociação não avança

O comando nacional dos bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se reuniram ontem em São Paulo para tentar por fim a greve, iniciada em 27 de setembro. Na reunião, os bancos avançaram de 8% para 8,4% de aumento, índice considerado insuficiente pelos bancários. A negociação será retomada hoje às 10h, em SP.

CORREIO DO POVO

Abamf alerta para estresse de PMs

Mais um caso de uma policial militar morta, desta vez em Guaíba, preocupa o presidente da Associação de Cabos e Soldados da Brigada Militar (Abamf), Leonel Lucas. Ele revelou que oito ocorrências desse tipo, envolvendo integrantes da corporação, já foram registradas desde novembro de 2010.

Na madrugada de ontem, o corpo da policial militar de 20 anos, que atuava na Comunicação Social do 19 BPM, de Porto Alegre, foi encontrado em sua casa, por volta das 3h. Na Capital, os colegas ficaram chocados com a notícia.

Em entrevista à Rádio Guaíba, o presidente da Abamf destacou que a PM de São Paulo é um bom exemplo de atenção a seus agentes, pois oferece convênio com psicólogo e assistente social. Esse será o segundo caso de PM feminina morta em menos de um mês.

Recentemente, Luana Lemes, de Passo Fundo, foi encontrada sem vida após 15 dias desaparecida.

CORREIO DO POVO

Funcionários dos Correios voltam a trabalhar nesta quinta, diz federação

Justiça determinou retorno e autorizou desconto de parte dos dias parados.

Federação orientou sindicatos a voltarem ao trabalho já no começo do dia.

Do G1, em São Paulo

A Federação dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) informou nesta quarta-feira (12) que os funcionários dos Correios irão cumprir a determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e retornarão ao trabalho a partir das primeiras horas desta quinta-feira.

Segundo o diretor da Fentect, José Gonçalves de Almeida, a orientação passada para os sindicatos estaduais é para que todos retornem já no período da manhã. "Brasília e Rio de Janeiro já decidiram pelo retorno. Em estados como Paraíba e Piauí, as assembleias só irão ocorrer amanhã pela manhã. Mas a orientação é para que todos retornem ainda pela manhã", afirmou.

De acordo com o diretor, a maioria dos estados já decidiu por encerrar a greve iniciada no dia 14 de setembro. Só nesta quinta-feira, entretanto, a federação terá um balanço sobre o fim das paralisações.

Na terça-feira, o TST determinou a volta ao trabalho a partir de quinta-feira, sob pena de multa, e autorizou a empresa a descontar dos funcionários sete dos 28 dias não trabalhados. O tribunal fixou ainda o reajuste salarial da categoria em 6,87%, retroativo a 1º de agosto, além de aumento real de R\$ 80 com validade a partir de 1º de outubro.

"Não consideramos que saímos derrotados. Não conseguimos tudo o que queríamos, mas entendemos que a luta foi válida. Conseguimos inclusive um aumento real nos salários", disse o diretor da federação. Trabalhadores dos Correios acompanham julgamento da greve no TST (Foto: Agência Brasil)

Entregas

De acordo com os Correios, cerca de 185 milhões de correspondências estão atrasadas em todo o país hoje. A previsão é que, retomado o trabalho na empresa, elas sejam normalizadas dentro de uma semana.

Para a federação dos trabalhadores, porém, a entrega só será totalmente normalizada dentro de três semanas. "Antes mesmo da greve já estava ocorrendo atrasos. Temos um déficit de pelo menos 12 mil carteiros no país", afirma Almeida.

Os Correios avaliam que a greve trouxe um prejuízo de cerca de R\$ 20 milhões à empresa. Já os custos dos benefícios aos trabalhadores decididos pelo TST devem custar cerca de R\$ 800 milhões.

Desconto de dias não trabalhados

Em seu voto, o relator do dissídio, ministro Mauricio Godinho Delgado, defendeu que os dias parados fossem totalmente compensados com trabalho pelos funcionários, já que a greve não foi considerada abusiva.

Entretanto, a maioria dos ministros votou pelo desconto dos dias parados, total ou em parte, considerando uma jurisprudência do tribunal – que prevê desconto devido à suspensão do contrato de trabalho e, portanto, dos serviços -, além de um pré-acordo assinado na semana passada entre representante dos Correios e sindicalistas.

A proposta aprovada nesta terça-feira pelo tribunal, intermediária, prevê o desconto, de

uma só vez, de sete dias e compensação de outros 21. Como os Correios já haviam cortado seis dias dos trabalhadores, referentes a setembro, falta descontar mais um.
TERRA

Correios: TST considera greve não abusiva e determina retorno ao trabalho

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho acaba de decidir que a greve dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não é abusiva. Com o julgamento, a categoria deve retornar ao trabalho a partir da 0h de quinta-feira, 13 de outubro. A SDC fixou reajuste salarial de 6,87% a partir de agosto de 2011; aumento real no valor de R\$80,00 a partir de 1º de outubro de 2011; vale alimentação extra de R\$575,00, a ser pago no mês de dezembro de 2011, aos trabalhadores admitidos até 31 de julho de 2011; vale alimentação de R\$ 25,00; e vale-cesta de R\$ 140,00.

Dias parados

O ponto mais discutido do julgamento foi o tratamento a ser dispensado aos 24 dias de paralisação (que, com o acréscimo do repouso semanal remunerado, representam 28 dias). O relator, ministro Maurício Godinho Delgado, propunha a compensação total, por meio de trabalho aos sábados e domingos, e a devolução dos seis dias já descontados pela ECT. A segunda corrente, liderada pelo presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, defendia que, de acordo com a [Lei de Greve](#) (Lei nº 7783/1989), a paralisação significa a suspensão do contrato do trabalho, cabendo, portanto, o desconto integral dos dias parados. No final, prevaleceu a corrente liderada pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Barros Levenhagen, que autoriza o desconto de sete dias e a compensação dos demais 21.

A compensação será feita até maio de 2012, aos sábados e domingos, conforme necessidade da ECT, observada a mobilidade de área territorial (na mesma região metropolitana e sem despesas de transporte para o trabalhador), e convocadas com pelo menos 72 horas de antecedência.

De acordo com o ministro Maurício Godinho Delgado, relator do dissídio na SDC, o direito de greve foi exercido pelos empregados da ECT dentro dos limites legais e não houve atentado à boa-fé coletiva. O ministro afirmou que "não se teve notícias de grandes incidentes durante todo o movimento da categoria profissional, nas mais de cinco mil unidades da empresa".

Processo: DC 6535-37.2011.5.00.0000

TERRA

Marcha contra corrupção e apoio ao CNJ reúne 20 mil pessoas em Brasília

Brasília, 12/10/2011 - Após quase três horas percorrendo a Esplanada dos Ministérios, o Movimento Brasil Contra a Corrupção terminou há pouco o protesto que reuniu, segundo a estimativa da Polícia Militar, 20 mil pessoas neste feriado de 12 de outubro. Os manifestantes se concentraram em frente ao Museu da República e seguiram até a Praça dos Três Poderes, em frente ao Congresso cantaram o Hino Nacional. O movimento, com apoio da OAB, defendeu com faixas o poder de punição do CNJ a magistrados corruptos.

Além de faixas que lembraram vários casos que indignaram a opinião pública nos últimos anos, desta vez os manifestantes levaram à Esplanada uma enorme pizza para

representar o engavetamento de casos de corrupção. Segundo a PM, não houve nenhum contratempo durante o protesto.

Os organizadores já planejam ações para os próximos meses, entre elas manifestações pontuais em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela manutenção da [Lei da Ficha Limpa](#) - que veta candidatura de políticos condenados por órgãos colegiados ou que renunciaram ao mandato para escapar da cassação - e também a garantia dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Uma ação direta de inconstitucionalidade questiona a legalidade da atuação do conselho na investigação e punição de juízes.

JUSBRASIL

Fenaban rompe silêncio e marca negociação com bancários nesta 5ª

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) rompeu o silêncio e convidou nesta quarta-feira o coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, para uma reunião de negociação às 16 horas desta quinta-feira, para tentar acabar com a greve da categoria, iniciada em 27 de setembro e que mantém mais de 9 mil agências bancárias fechadas em todo o País.

A informação foi divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) logo depois da manifestação da Fenaban. Como afirma Carlos Cordeiro, que também preside a Contraf, "foi a força da greve que reabriu finalmente o diálogo e agora esperamos que os bancos venham para a mesa de negociações com uma proposta decente, que atenda as justas reivindicações da categoria".

A greve, que já é a maior da categoria nos últimos 20 anos, foi deflagrada depois que as assembleias dos sindicatos rejeitaram a proposta de reajuste de 8% feita pela Fenaban, que significa apenas 0,56% de aumento real. Os bancários reivindicam reajuste de 12,8% (aumento real de 5% mais a inflação do período), valorização do piso, maior participação nos lucros e resultados, mais contratações, extinção da rotatividade, fim das metas abusivas e combate ao assédio moral, entre outros pleitos.

"Os bancos brasileiros são os que mais lucram na América Latina, no entanto, pagam um piso salarial menor do que o recebido por argentinos e uruguaios, mas pagam bônus milionários para seus altos executivos, os maiores do continente", aponta Cordeiro.

Conforme pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Contraf-CUT, o salário inicial pago pelos bancos brasileiros em agosto de 2010 era equivalente a US\$ 735, mais baixo que o dos uruguaios (US\$ 1.039) e quase a metade do valor recebido pelos argentinos (US\$ 1.432).

"Um País onde os altos executivos dos bancos chegam a ganhar até 400 vezes mais que o piso salarial da categoria não pode ser chamado de justo", sustenta o dirigente sindical. "Além disso, os bancos utilizam a alta rotatividade do mercado de trabalho, muito maior que em outros países, para reduzir a massa salarial dos bancários."

TERRA

Odebrecht acaba com conselho administrativo

A Organização Odebrecht, conglomerado brasileiro que atua em quase todo o mundo nas áreas de construção e petroquímica, não possui mais conselho administrativo.

A direção da Odbinv (Odebrecht Investimentos), holding que controla as empresas do Grupo Odebrecht, alterou seu estatuto social e extinguiu o conselho em uma assembleia

na semana passada. O regime de capital da holding também foi passado de autorizado para fixo.

A holding possuía a assembleia de acionistas, o conselho de administração e a diretoria. A família Gradin, representada pela Graal Investimentos, tem 20,6% de participação no grupo, enquanto a Kieppe, que representa a família Odebrecht, tem o restante das ações. A resolução da Odbinv acabou com o conselho de administração, onde Vitor Gradin tem assento.

Para o advogado da Graal, Luís André Azevedo, do escritório Carvalhosa e Eizirik Advogados, essa medida é “um absoluto retrocesso em matéria de governança corporativa”. Azevedo ainda interpretou as decisões da Odbinv como uma demonstração explícita de ausência de governança corporativa da holding Odebrecht, se juntando a uma série de irregularidades cometidas nos últimos meses pelos controladores do grupo, representados pela Kieppe.

Ainda de acordo com os advogados da Graal, a extinção é uma ilegalidade e representa abuso do poder de controle, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, já que se trata de uma alteração estatutária que visa causar prejuízo a minoritários.

A Odebrecht afirma que o objetivo da mudança é simplificar a sua estrutura administrativa e que Gradin continuará com poderes no Conselho Fiscal. Em nota, a empresa afirmou que afirma que “essa reformulação é uma evolução natural para a Odbinv, como holding não operacional. O Conselho de Administração da Odbinv, de fato, somente se reuniu formalmente uma única vez nos últimos três anos”. A medida da Odbinv, no entanto, pode ser questionada na Justiça, já que o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração têm funções diferentes.

A disputa judicial entre as famílias Odebrecht e Gradin começou no fim do ano passado, com a tentativa de transferência unilateral, por parte da Kieppe, das ações dos Gradin. A Graal pediu a instauração de um processo arbitral, previsto no acordo de acionistas assinado em 2001 e válido até 2021. A Justiça da Bahia determinou por duas vezes, a realização de audiência de conciliação, adiadas por sucessivos recursos protelatórios por parte da Kieppe

ÚLTIMA INSTANCIA

Lei fixa aviso prévio em 90 dias; patrões apoiam, mas CUT reclama

A presidenta Dilma Rousseff sancionou nesta terça-feira (11) lei que fixa em 90 dias o aviso prévio que a empresa deve observar ao demitir um funcionário. Para a maior central sindical do país, a regulamentação do dispositivo constitucional era necessária, mas o texto votado no Congresso não atende os trabalhadores. Já o empresariado aprova a nova lei, apesar de esperar algum encarecimento com demissões.

A reportagem é de Najla Passos e publicada por Carta Maior, 11-10-2011.

“A proposta que a presidente sancionou representa um custo muito pequeno para as empresas e não servirá para combater a rotatividade”, disse o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos.

O aviso prévio está previsto na Constituição, mas até hoje não tinha sido regulamentado. Na prática, as empresas cumpriam antecedência de um mês antes. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que regulamentaria a questão, diante da omissão do Congresso depois de 23 anos da Constituição.

O “aviso prévio” do STF serviu para o Legislativo correr. A Câmara desengavetou projeto de 1989 do Senado e o levou a plenário. Pelo texto aprovado pelos deputados, o aviso prévio será 30 dias para trabalhador com um ano de empresa. A partir daí, ele

receberá três dias a mais por ano trabalhado, até o limite de 60 dias, ou seja, 20 anos trabalhados. Com isso, o tempo máximo chega a 90 dias.

“Foi uma decisão tomada às pressas e sem debate com a CUT nem com as demais centrais sindicais, que, com certeza, contribuiriam com uma regulamentação mais favorável ao trabalhador”, afirmou Artur Henrique.

Na época do julgamento do STF, as confederações patronais se manifestaram contra prazos superiores a 30 dias. Em documento protocolado na corte em agosto, defenderam que isso elevaria demais custos trabalhistas, prejudicando a competitividade das empresas.

No documento, alegavam que os encargos trabalhistas no Brasil seriam muito maiores do que em países como Alemanha, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos. Ficaram satisfeitas com a lei aprovada no Congresso. “Os custos da decisão serão pouco significativos para as empresas”, admitiu, à época o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Segundo ele, as despesas da indústria com a demissão de trabalhadores em cerca de 10%.

A lei será publicada no Diário Oficial da União de quinta-feira (13) e terá validade imediata.

Greve chega ao 15º dia e bancários pedirão audiência com Dilma

Um ato realizado pelos bancários no centro de São Paulo, nesta terça-feira (11), marcou o 15º dia da greve da categoria. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), há 9.090 agências fechadas em todo o país.

A reportagem é de Marcel Gomes e publicada por Carta Maior, 11-10-2011.

As negociações entre o comando de greve e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estão suspensas. A segunda e última proposta apresentada pelos banqueiros foi feita em 23 de setembro, quando a oferta de reajuste foi elevada de 7,8% para 8%. O bancários pedem 12,8%, o que garantiria um aumento real de 5%.

"Nós já enviamos uma carta aos bancos solicitando a reabertura das negociações, mas sequer obtivemos resposta", disse o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

Segundo ele, a estratégia dos banqueiros tem sido de "ameaças, corte de salários e demissões". "Estamos sofrendo pressões de todos os lados, mas a ordem é reforçar a greve".

Para pressionar por uma nova rodada de negociação, o comando de greve decidiu solicitar um encontro com a presidenta Dilma Rousseff. Os bancários ainda não sabem se o encontro ocorrerá. Mesmo o presidente Lula, próximo aos sindicalistas, costumava optar pela distância durante as greves do setor realizadas em seu governo.

Contatada, a assessoria de comunicação da Febraban disse que a entidade mantém sua última proposta e que "não há fatos novos para comentar". O último comunicado oficial divulgado pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), o braço sindical da Febraban, foi divulgado em 29 de setembro.

“A solução não é apresentar propostas sucessivas unilaterais para serem liminarmente rechaçadas, como o foram as duas já apresentadas. Isso criaria mais entraves à negociação e, conseqüentemente, ao acordo”, dizia o diretor de relações do trabalho da Fenaban, Magnus Apostólico. “Uma nova proposta deve resultar de negociações, de conversas entre bancos e bancários, que levem à construção de pontos consensuais”.

Além de melhoria salarial, os bancários também focam a pauta da greve em avanço nas

condições e relações de trabalho. Eles reclamam da alta rotatividade dos empregados, da pressão pelo cumprimento de metas e da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres. Além disso, querem uma maior participação nos lucros e resultados. Os seis maiores bancos que operam no Brasil (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa, Santander e HSBC) lucraram R\$ 25,9 bilhões no primeiro semestre de 2011, alta de 20,11% sobre o registrado no mesmo período de 2010.

Greve dos bancários já é a maior desde 2004

Sem perspectiva de acordo, a greve dos bancários entra hoje no 16º dia, com forte adesão nos centros administrativos, os cérebros das instituições financeiras.

A reportagem é de Toni Sciarretta e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 12-10-2011.

Segundo os sindicalistas, a greve atinge 34 mil dos 135 mil funcionários em São Paulo. A paralisação já é a mais longa desde 2004, quando chegou a 30 dias. Em 2010, a greve só parou após 15 dias.

Neste ano, os bancários preferiram focar os piquetes nos centros administrativos e foram acusados pelos bancos de "contratar piqueteiros profissionais" para dificultar a entrada dos funcionários.

O sindicato afirma que o Itaú teve de transportar profissionais de helicóptero dos centros administrativos do Jabaquara (zona sul) para o da Raposo Tavares (Grande São Paulo) a fim de manter os serviços funcionando. O banco não confirma a informação. Os bancários pedem reajuste de 5% acima da inflação, enquanto os bancos oferecem 0,56%. Diante do impasse, os trabalhadores pedem que os bancos reformulem a proposta para sentar à mesa de negociações.

"Se eles querem negociar de verdade, é importante partir da proposta que já foi feita e indicar os ajustes que precisam ser feitos. Aí, sentamos e consultamos os bancos. Não vamos apresentar proposta nova", disse Magnus Apostólico, da Febraban. O comando da greve decidiu pedir uma reunião com Dilma Rousseff sobre o tema.

"Vamos manter a greve forte sem aceitar ameaças nem retaliações, seja de bancos públicos, seja de privados", disse Juvandia Moreira, presidente do sindicato dos bancários de São Paulo.

Executivo e Judiciário firmam acordo para destruir armas

Fruto da Campanha do Desarmamento, medida prevê a retirada de cerca de 700.000 armamentos abrigados em fóruns e tribunais brasileiros

Bruno Abbud

Segundo o relatório de conclusão da CPI que investigou o tráfico de armas em 2006, há 17 milhões de armas de fogo em circulação no Brasil — 4 milhões em poder de criminosos. As armas abrigadas em fóruns e tribunais brasileiros representam 4% do total

Nesta terça-feira, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça firmaram um acordo para retirar cerca de 700.000 armas de fogo dos fóruns e tribunais do país. A medida é fruto da Campanha do Desarmamento e prevê a destruição de revólveres, pistolas e metralhadoras, entre outros, que não sejam mais necessários para a conclusão de investigações. O termo foi assinado pelo ministro Cezar Peluso, presidente

do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, e por José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça.

Para se ter uma ideia, o relatório de conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 2006, investigou o tráfico de material bélico no Brasil, informa que, naquele ano, existiam 17 milhões de armas de fogo em circulação no país — 4 milhões em poder de criminosos. O número informa que as armas abrigadas em fóruns e tribunais brasileiros representam 4% do total em circulação.

A Campanha Nacional do Desarmamento deste ano foi lançada em maio pelo Ministério da Justiça e, até hoje, só destruiu as armas recebidas nos postos de coleta. "A ideia é retirar definitivamente de circulação centenas de milhares de armas que estão em fóruns", disse Cardozo nesta terça-feira. "Vamos fazer com que o maior número de armas seja destruído no menor espaço de tempo possível".

O Judiciário fará uma triagem para identificar as armas que podem ser destruídas de imediato. "Tudo o que tenha sido apreendido por porte ilegal e já periciado, será encaminhado ao Exército e, em seguida, será destruído", informou Peluso.

Números — Segundo o Ministério da Justiça, desde 2004, a Campanha do Desarmamento retirou de circulação mais de um milhão de armas. Desde 6 de maio deste ano, a campanha recolheu 26.000 pistolas, revólveres, metralhadoras e fuzis. Dessas, 6.500 são de grande porte. Contudo, só 60 fuzis foram entregues nos pontos de coleta.

Os estados de São Paulo (6.620 armas recolhidas), Rio Grande do Sul (3.213) e Rio de Janeiro (2.970) lideram o ranking de coleta. As pessoas que quiserem se desfazer das armas, terão o anonimato garantido. As indenizações pagas por cada armamento variam entre 100 e 300 reais, e podem ser sacadas 24 horas depois da entrega no prazo de um mês. No total, o Ministério da Justiça pagou cerca de 2 milhões de reais por armas que foram inutilizadas.

VEJA

Juízes gays dizem que homofobia ainda marca judiciário britânico

Homens e mulheres não casados --incluindo advogados gays e lésbicas-- foram impedidos de ingressar no Judiciário britânico até 1991. Não surpreende muito que a homofobia --ou, pelo menos, uma forte percepção dela-- ainda resista em certo grau. De acordo com pesquisa recente do grupo legal lésbico, gay, bissexual e transgênero Interlaw, 70% dos advogados LGBT acreditam que existe preconceito no processo de seleção para cargos no Judiciário.

O comitê de nomeações judiciais (JAC), organismo fundado em 2006 para reforçar a responsabilidade judicial, quer remediar essa situação. No mês passado, começou a monitorar a orientação sexual de candidatos a juízes (o grupo já monitora o gênero, etnia, idade, histórico profissional e deficiências físicas dos candidatos). O JAC também está aumentando seu engajamento com a comunidade de advogados gays, por meio de palestras e debates em eventos legais LGBT e a publicação de estudos de caso de juízes gays.

O mais recente desses debates aconteceu na reunião mensal de setembro da Interlaw, apresentada pela firma de direito corporativo Field Fisher Waterhouse.

Lamentavelmente, o JAC não conseguiu convencer nenhum dos juízes abertamente gays --entre os quais estão o juiz de apelações sir Terence Etherton, o juiz da alta corte e da corte criminal internacional sir Adrian Fulford e o juiz da corte itinerante Jeremy Richardson-- a participarem.

Ao invés disso, Tan Ikram, um juiz distrital heterossexual, compartilhou sua experiência de como é ocupar um cargo de juiz quando se é membro de um grupo minoritário. A conversa franca dele foi útil no sentido de desmistificar o processo de nomeação de juízes, mas a tentativa de equacionar os obstáculos enfrentados por candidatos a juízes de origem asiática com candidatos gays não foi inteiramente bem-sucedida.

Não que os cerca de 30 presentes ao debate tenham parecido muito preocupados com isso. Pode haver desconfianças generalizadas quanto ao processo de seleção de juízes e pode haver consternação com a reação inconclusiva do JAC, mas o clima dominante entre advogados LGBT neste momento é de otimismo. Daniel Winterfeldt, sócio da firma CMS Cameron McKenna e fundador da Interlaw, em 2008, explicou:

"Uma nova geração de advogados juniores que são abertos quanto a sua sexualidade e não prevêem que isso seja um problema promoveu uma mudança fundamental nas atitudes e vai continuar a mudá-las na medida em que ascender em sua categoria."

O otimismo se reflete na recente melhora dramática de performance das firmas de direito nos rankings de Cem Melhores Empregadores compilados pela organização de defesa dos direitos dos gays Stonewall. Os rankings são formulados com base em um índice de igualdade no local de trabalho, formulado a partir das respostas dadas a 25 perguntas. Em 2007, nenhuma firma de direito fez parte do ranking; este ano, seis estão nele.

Mesmo assim, as firmas de direito ainda estão longe de representarem lugares utópicos para gays. Em algumas delas ainda existe uma forte corrente subjacente de homofobia não verbalizada _problema ilustrado por alguns comentários on-line feitos em resposta a um artigo do ano passado que aconselhava jovens advogados gays sobre como saírem do armário no trabalho. Um dos comentários dizia: "Sinto muito, mas todos os gays que conheço... curtem pornografia gay, abuso de substâncias e encontros sexuais noturnos. Eu exerceria escrutínio maior quando decidisse contratar um homem gay, como faria no caso de alguém com problemas conhecidos de dependência química."

Assim, não surpreende que o advogado recém-formado Adam Fellows, que é abertamente gay, tenha sido aconselhado por um advogado a não mencionar publicamente o fato de ter namorado quando procurou uma vaga de trainee.

Outra preocupação é como as firmas de direito corporativo internacional cada vez mais aplicam políticas antidiscriminatórias em seus escritórios em países nos quais a homofobia é comum. Advogados gays respeitados na City com quem conversei relutaram em ser citados sobre essa questão espinhosa. "As grandes firmas não gostam muito de focar a pergunta de 'o que acontece em Dubai?'" , disse Andrea Woelke, advogada especializada em direito de família e líder do outro grande grupo de advogados LGBT, Associação de Advogados Gays e Lésbicas (Lagla).

E há a questão do domínio muitas vezes criticado dos grupos legais LGBT por certo tipo de homem gay autoconfiante. Apenas 30% dos membros do Lagla são mulheres. Os homens foram a maioria dos presentes ao evento Interlaw-JAC de setembro, com apenas um punhado de mulheres --surpreendentemente, heterossexuais. A situação foi semelhante num evento beneficente recente promovido pela Interlaw em um clube em Soho, Londres, com a presença de vários convidados celebridades do mundo da música, ao qual eu também estive presente.

Um advogado gay que encontrei ali me sugeriu que isso seria porque "as lésbicas são um pouco sem graça". Esse tipo de atitude levou a sugestões de que os grupos LBGT tenham perdido algo de seu espírito original de apoio mútuo.

"Não é incomum que os fóruns LGBT sejam dominados por homens gays", disse Kevin Poulter, que recentemente ajudou a fundar a Rede de Contratação de Advogados Gays.

"Sempre existe o perigo de que um evento de networking profissional vire uma agência de namoros."

Ao todo, porém, em vista dos enormes avanços feitos nos últimos anos, parece injusto prestar atenção demais a essas constatações negativas. E vale lembrar que os grupos LGBT tendem a prestar grande atenção às críticas. A Interlaw, por exemplo, criou uma iniciativa de mulheres que promove reuniões trimestrais, organizou uma série de eventos para advogados transgêneros e está "buscando disponibilizar recursos" para advogados LGBT empregados por firmas britânicas sediadas em países com leis homofóbicas.

Só pode ser questão de tempo até que o processo de nomeação de juízes se harmonize com essa tendência

FOLHA DE SP

Acordo permitirá destruição ou doação de 755 mil armas retidas na Justiça

Um acordo que pode ser firmado nesta segunda-feira (11/10) à tarde entre o Ministério da Justiça e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) facilitará a liberação de cerca de 755 mil armas de fogo que estão retidas em fóruns de Justiça, segundo levantamento feito em 2010 pelo próprio CNJ.

O acordo faz parte da Campanha do Desarmamento. O objetivo é facilitar o caminho para que as armas que não façam mais parte de investigação criminal sejam destruídas ou doadas. O armazenamento de armas em órgãos judiciais, que não têm segurança suficiente para guardá-las, tem motivado a ação de grupos criminosos que invadem prédios para reavê-las.

A parceria será firmada às 14h pelo presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Cezar Peluso, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Também participarão do acordo o Ministério da Defesa, o Comando do Exército e a Polícia Federal.

ÚLTIMA INSTANCIA

Sindicato acusa rede de fast food de explorar funcionários

Em audiência pública no Senado, a rede de lanchonetes McDonald's foi acusada de explorar funcionários sob o pretexto de utilizar uma jornada de trabalho "móvel e variável". De acordo com a denúncia, nos momentos de menor movimentação em suas unidades, a rede faz com que parte de seus empregados permaneça em uma "sala de break", onde ficam à disposição do McDonald's, mas sem receber pelo horário em que ficam na sala.

Ainda segundo a denúncia feita na audiência pública pelo Sinthoresp (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região) funcionários da rede McDonald's, em alguns meses, recebem menos de R\$ 230.

Diretor de relações governamentais do McDonald's, Pedro Parizi, disse durante a audiência que a rede tem cerca de 40 mil funcionários em todo o país e "talvez tenha cometido um ou outro deslize".

"As exceções não podem se tornar marcas de uma empresa. Se isso aconteceu, estamos aqui para dialogar", afirmou ele, ressaltando que o McDonald's vem adotando diversas ações para evitar problemas como esse.

Promovida pela CDH (Comissão de Direitos Humanos) e Legislação Participativa do Senado, a audiência foi feita na Sala 2 da Ala Nilo Coelho
ÚLTIMA INSTANCIA

Carteiros levarão 10 dias para normalizar serviço

Sindicatos dizem que vão cumprir ordem da Justiça; haverá trabalho extra sábados e domingos

A Federação dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) informou ontem que os funcionários dos Correios vão cumprir a ordem do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e voltam ao trabalho hoje.

Segundo o secretário-geral da federação, José Rivaldo da Silva, sindicatos da maioria dos Estados já decidiram por suspender a greve, que completaria um mês amanhã.

De acordo com a empresa, porém, ainda serão necessários entre sete e dez dias para que os serviços de triagem e entrega de cartas seja normalizado em todo o país. Cerca de 185 milhões de correspondências e encomendas deixaram de ser entregues desde o início da greve.

"Mesmo que um ou dois sindicatos (nos Estados) decidam manter a greve, a maioria vai trabalhar e o serviço será regularizado", disse a Fentect.

A decisão do TST prevê reposição na inflação de 6,87%, reajuste linear de R\$ 80 a partir de outubro e um vale extra (alimentação) único de R\$ 575. O resultado do julgamento ficou abaixo da reivindicação dos trabalhadores, que pediam 7,16%.

O TST determinou ainda o desconto no salário de 7 dos 28 dias de paralisação. Os outros 21 serão repostos com trabalho extra nos fins de semana

DESTAK

Carteiros estão exercendo um direito, diz ministra

Miriam Belchior admitiu que, no entanto, a população acaba pagando o preço pelo impasse.

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, disse hoje não considerar "errada" a greve dos Correios. Mas, embora tenha classificado a paralisação como um direito dos servidores, a ministra destacou que os grevistas precisam entender que greve não é férias e que o não recebimento pelos dias parados é algo a ser considerado antes de se optar pela paralisação.

"Vai ser difícil alguém que seja de um governo do PT dizer que essa greve está errada. O que acreditamos é que eles [os trabalhadores] estão exercendo um direito que é deles, e o governo tem uma posição a respeito dos limites que hoje temos, tanto do ponto de vista fiscal como do ponto de vista de controle da inflação e aumento de salários", disse Miriam, depois de audiência pública na Câmara dos Deputados.

"O [ex] presidente Lula sempre dizia isso. Greve não é férias. Quando você decide fazer férias você assume também a consequência de não receber ou de ter de repor isso de alguma maneira", acrescentou. A ministra admitiu que, no entanto, a população acaba pagando o preço pelo impasse. "Evidentemente que isso tem impacto na população. Mas o Judiciário tem estabelecido atendimento mínimo, pelo menos para alguns dos setores", disse

JORNAL NH

Greve dos Correios não é abusiva, diz relator no TST

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho, relator do

processo de dissídio coletivo movido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), considerou nesta terça-feira que a paralisação da categoria não é abusiva. Godinho proferiu seu parecer no início do julgamento do caso, na tarde de hoje, quando a paralisação dos funcionários dos Correios completa 28 dias. "Não há prova nem alegação significativa de uma presença de atos abusivos pelos trabalhadores em número importante que possa macular de uma maneira consistente o movimento grevista. Não me parece se tratar de movimento abusivo, trata-se de um movimento coletivo, mas não é abusivo. Chamando a atenção que um dos fundamentos trazidos pela empresa suscitante é que se trata de empresa que exerce atividade essencial no País, mas nos termos da Constituição e da Lei de Greve, este é um termo restrito. Não se confunde com atividade essencial com atividade importante ou fundamental", disse Godinho.

Sobre o principal motivo de discórdia entre a ECT e os grevistas - o desconto dos dias parados -, o ministro relator defendeu a devolução do salário referente a seis dias que já foi descontado do contra-cheque dos trabalhadores. Segundo Godinho, a iniciativa da ECT de fazer o desconto na folha de pagamento vai contra a determinação do tribunal. "Estamos diante de uma greve que manifestamente não é abusiva, ao mesmo tempo não se pode dizer que a empresa teve conduta abusiva. Nessa situação intermediária, a nossa proposta é adotar a forma de pagamento sem a lesividade do desconto monetário, de maneira que a proposta é que o pagamento se faça pelos trabalhadores mediante a prestação de serviços e não mediante desconto", afirmou.

Godinho sugeriu, em seu parecer, que aos trabalhadores seja concedido um aumento real de 6,87% retroativo a agosto deste ano, aumento real linear de R\$ 80 a partir de 1º de outubro deste ano, sem direito a abono - proposta feita na última terça-feira sob o comando da vice-presidente do TST, Maria Cristina Pedruzzi, mas que foi rejeitada em assembleias pelos 35 sindicatos que compõem a Fentect. O relatório será votado ainda hoje pelos ministros do TST.

TERRA

TST critica sindicatos dos trabalhadores dos Correios

Os ministros do Tribunal Superior do [Trabalho](#) (TST) fizeram duras críticas aos sindicatos dos trabalhadores dos Correios durante o julgamento do dissídio coletivo da categoria. "Houve falta de razoabilidade e bom senso na condução da greve em determinados momentos", criticou o presidente do TST, João Oreste Dalazen. Ele declarou que, em determinados momentos do movimento grevista, "houve contornos políticos" em que "infiltrados" e pessoas com "postura de absoluta radicalização do comando" impediram o fechamento de um acordo. "Ficou nítido o descompasso entre a cúpula dos [sindicatos](#) e as bases", ressaltou Dalazen. O ministro cobrou que essa história "precisa ser passada a limpo imediatamente".

Dalazen cobrou uma reforma sindical como uma das prioridades da legislação [trabalhista](#). "É urgente uma reforma sindical. A primeira coisa é o fim da contribuição sindical obrigatória, (que) é uma forma natural de receita de todos os órgãos sindicais, que tornam os sindicatos menos representativos", ressaltou.

Maria Cristina Pedruzzi, vice-presidente do TST, considera que houve abuso dos sindicatos ao rejeitarem o acordo feito entre o comando de greve, a Fentect, e o tribunal. "Também considero que os sindicatos desrespeitaram o judiciário e a empresa, porque firmaram um acordo depois de horas de [negociação](#)", disse. "Se o comando de greve

não tem autorização para referendar a negociação mediada pelo tribunal, é desrespeito", reforçou
O ESTADO DE SP

Trabalho: número de terceirizados chega a 10,5 milhões, diz Sindeprestem

Valor corresponde a 2,6% das ocupações terceirizadas do mundo e a 23,9% do total de empregados com carteira assinada do País

O número de empregados terceirizados no Brasil chega a 10,5 milhões – o equivalente a 2,6% das ocupações terceirizadas do mundo. Os dados fazem parte de uma recente pesquisa setorial e foram divulgados pelo Sindeprestem e pela Asserttem (Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário).

De acordo com o levantamento de 2010/2011, o total apresentado corresponde ainda a 23,9% dos empregados com carteira assinada do País - número atualmente estimado em 44 milhões de trabalhadores.

Perfil dos contratados

De acordo com a avaliação de perfil, os contratados do setor de prestação de serviços terceirizáveis costumam receber um salário base de R\$ 1.122,00. Ou seja, 33,12% mais que o apresentado no levantamento anterior (2009/2010), quando a remuneração de tais profissionais ficou estimada em R\$ 918,00.

O estudo aponta ainda que, do total das vagas disponíveis, cerca de 14,5% costumam ser preenchidas por pessoas idosas e 11,5% por jovens em situação de primeiro emprego.

Setores em evidência

Já na avaliação setorial, o segmento de trabalho temporário foi o que mais se destacou, sendo responsável por 72,5% da prestação de serviços especializados do País.

Na sequência, estiveram em evidência ainda as consultorias em recursos humanos, com 65%, e os serviços auxiliares, com 55% da frequência.